



QUANTO VALEM OS *LIKES* PARA O HISTORIADOR?

HOW MUCH ARE LIKES WORTH TO THE HISTORIAN?

MÁRCIO JOSÉ PEREIRA

<https://orcid.org/0000-0001-9519-3797>

Doutor em História pela UFPR

Professor Adjunto da UNESPAR

marcio.pereira@unespar.edu.br

DANIEL FERREIRA DA SILVA

<https://orcid.org/0000-0003-1255-6105>

Doutorando em História pela UEM

edermendes@ufj.edu.br

RESUMO

Este trabalho parte de uma abordagem que conecta a história pública ao ambiente digital, explorando as nuances e implicações relacionadas à autoridade do historiador frente às informações históricas compartilhadas em rede. A pergunta norteadora é: *quanto valem os “likes” para o historiador?* Essa questão nos leva a refletir sobre quantas vezes somos incentivados a competir com pessoas que disseminam informações sem rigor científico ou sem a devida verificação dos fatos. A partir dessas reflexões, dialogamos com diversos autores, tanto brasileiros quanto internacionais, que discutem história pública, teoria da história e história digital. O objetivo é analisar o papel social do historiador nesse contexto, marcado pela coexistência entre um profissionalismo emergente, regulamentado por lei, e historiadores não profissionais ou profissionais que produzem conteúdo sobre história fora do universo acadêmico, muitas vezes sem a formação crítica ou os fundamentos éticos necessários, exigidos pela profissionalização.

PALAVRAS-CHAVE: História Pública; História Digital; Papel Social; Historiadores Não Profissionais; Internet.

ABSTRACT

This study adopts an approach that connects public history to the digital environment, exploring the nuances and implications related to the historian's authority in the face of historical information shared online. The guiding question is: how much are “likes” worth to the historian? This question prompts us to reflect on how often we are encouraged to compete with individuals who disseminate information without scientific rigor or proper fact-checking. From these reflections, we engage with various authors, both Brazilian and international, who discuss public history, the theory of history, and digital history. The aim is to analyse the historian's social role in this context, characterized by the coexistence of an emerging professionalism, regulated by law, and non-professional historians or professionals who produce content about history outside the academic sphere, often lacking the critical training or ethical foundations required by professionalization.

KEYWORDS: Public History; Digital History; Social Role; Non-Professional Historians; Internet.

Iniciaremos o artigo proporcionando uma reflexão que tem por base uma cena meramente ficcional, mas que é totalmente factível: Estão dois amigos em uma mesa de bar, um deles um historiador e o outro um influenciador digital. Ambos começam a conversar sobre história e ficam motivados a compartilhar seus próprios entendimentos sobre o tema. Propõem uma postagem em suas redes sociais, cada qual, ao seu modo, explicando a Independência do Brasil. O historiador busca por apontamentos históricos interessantes sobre a temática, apresentando fatos, debatendo com autores especialistas, trata das datas expressivas e dos grupos envolvidos, enfatizando as causas, as consequências desse momento histórico brasileiro. Enquanto o influenciador traz sua compreensão sobre a temática de forma mais simples, com muito foco nas datas, nas efemérides, com muitas curiosidades dos membros da família real e sem muito rigor histórico. Em questão de uma hora, pode-se notar uma diferença expressiva no alcance de ambos: a postagem do influenciador já alcançou mil curtidas, teve vários compartilhamentos e gerou engajamento em outras redes sociais, enquanto a do historiador, por sua vez, obteve meros trinta likes, um ou dois compartilhamentos em páginas de colegas de trabalho e em tese, não gerou engajamento.

Considerando as proporções do *métier* de cada um dos profissionais e entendendo que essa cena pode conter inúmeras variantes, o que desejamos é conjecturar sobre *qual é o valor dos likes ou das interações no processo de divulgação histórica?* Essa é uma história meramente ilustrativa, mas que nos faz refletir sobre o caráter social do historiador no ambiente digital. Há muito tempo vemos um movimento de ressignificação do papel social do historiador, e vale destacar que a profissão só se tornou juridicamente legítima no Brasil a partir do ano de 2020, com a promulgação da lei que regulamenta a profissão¹.

Percebemos que há uma constante renovação do debate acerca os aspectos históricos e sociais da presença pública do historiador na internet, especialmente na plataforma do YouTube. Vale destacar que, por exemplo, na cena hipotética mencionada anteriormente, existem casos que excedem as expectativas. A título de exemplo, podemos destacar a

¹ LEI n.º 14.038, DE 17 DE AGOSTO DE 2020 — Promulgada pelo então Presidente Jair Messias Bolsonaro, após os vetos presidenciais. Ler mais em :CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Bolsonaro sanciona Lei que regulamenta a profissão de historiador (Notícia). In: Café História. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/entra-em-vigor-a-regulamentacao-da-profissao-de-historiador/>. Publicado em: 18 ago. 2020. ISSN: 2674-5917.

experiência que o próprio Bruno Leal de Carvalho (2016) nos traz em seu texto “Faça o seu login”, quando ressalta a vivência de Ronaldo Vainfas na plataforma da rede social Facebook quando destaca.

Seu texto fez uma dura crítica a artistas, ex-militantes e até mesmo a pesquisadores que escrevem sobre o tema. “O que a maioria dos pesquisadores produz hoje sobre o golpe de 64 é de embrulhar o estômago de historiadores comprometidos com o ofício, e não com ideologias ou mitologias interesseiras e interessadas.” Polêmica, a publicação rapidamente se difundiu pela internet. O post de Vainfas, até a finalização deste artigo, registrava 108 comentários, 293 curtidas e 162 compartilhamentos. Não há como auferir com exatidão o número de pessoas que visualizaram essa publicação, haja vista que o Facebook não disponibiliza os dados de visualização gerados por perfis individuais [...] e que receberam interações semelhantes ao post de Vainfas (comentários, compartilhamentos e curtidas), é possível dizer que o texto foi exibido para um público estimado entre 12 mil e 18 mil pessoas. Isso sem mencionar todos os casos de replicação indireta do texto no Facebook. (Carvalho, 2014, p.174–175)

O que nos chama atenção, portanto, é: será que a busca por likes se limita a aumentar a visibilidade das produções, ou há historiadores que, ao desenvolver suas atividades no meio digital, acabam precocemente condicionando suas pesquisas à obtenção de curtidas e comentários? Ainda, essa é uma preocupação dos historiadores vinculados as universidades e ao ensino? Ezequiel Adamovsky (2011) nos apresenta uma percepção acerca desses divulgadores midiáticos que se propõem a fazer história no digital quando afirma que:

La aparición de divulgadores mediáticos que, sin pertenecer al campo, salieron a ofrecer visiones propias del pasado, con gran éxito de audiencia, terminó de confirmar que la sociedad sí demandaba sentidos a la historia y que los historiadores profesionales no estaban a la altura de esa demanda. (Adamovsky, 2011, p. 01)²

Existem diversos trabalhos sobre produções e pesquisas na plataforma do YouTube, por exemplo, que partem da análise quantitativa dos vídeos e acessos nessas publicações, e que demonstram que inicialmente não estávamos preparados para o emergir de um novo campo. O que sempre nos faz pensar que, em uma era onde a produção por *likes* é sinônimo de sucesso e não de qualidade, qual é afinal a finalidade das produções em História Pública (HP)? Entendemos que não há propósito neste artigo de esgotarmos as perguntas, uma vez que, os historiadores encontram-se em um momento de transição e adaptação ao universo digital, navegando entre o rigor das produções acadêmicas tradicionais — muitas vezes elaboradas ao longo de décadas e publicadas em livros físicos — e as demandas por formas mais dinâmicas e acessíveis de ensinar e aprender história. Essa mudança exige não apenas o domínio de novas

² Tradução nossa: Aparição de divulgadores mediáticos que, sem pertencer ao campo, salientou a oferecer visões próprias do passado, com grande sucesso de audiência, terminou de confirmar que a sociedade exigia sentidos à história e que os historiadores profissionais não estabeleceram a altura dessa demanda. (Adamovsky, 2011, p. 01)

tecnologias, mas também uma reformulação de métodos e linguagens para alcançar públicos mais amplos, mantendo o compromisso com o rigor científico.

Apesar das oportunidades que o ambiente digital oferece, como maior alcance e interatividade, os historiadores ainda enfrentam desafios para equilibrar a profundidade do conhecimento histórico com a rapidez e a simplificação frequentemente requeridas nas plataformas digitais. Esse processo de adaptação é contínuo, marcado pela tentativa de integrar o legado acadêmico às possibilidades de inovação tecnológica.

Eu diria que este é um momento de muita transformação no campo da história. Estou cada vez mais convencido de que a comunicação é o elemento central dessa transformação. Na minha opinião, história é, antes de qualquer coisa, comunicação. Melhor comunicação produz melhor história. (CARVALHO, 2015, p. 1073)

Historiadores como Michel de Certeau (1982) nos relembram o fazer histórico partindo de realidades e da materialidade das vivências sociais. Já Rodrigo de Almeida Ferreira (2016) nos lembra que na abordagem da HP, há um sentido prático do “saber fazer”. Esse “saber fazer”, por sua vez, é conflitante, pois, nos parâmetros da divulgação da história ou da produção de materiais para o ambiente digital, temos a atenção de nomes como Bruno Leal de Carvalho e Anita Lucchesi (2018), que ressaltam diversas formas de fazer histórico no e para o digital.

Daniel Silva (2023) apresenta um “fazer artesanal”, que envolve o processo da materialidade no campo das ideias. Deixando evidente que a abordagem está muito mais preocupada com o processo de fazer e como ele é feito do que como as pessoas que estão fazendo. Conforme destaca Jill Liddington, “a História Pública é menos sobre “quem” ou “o que”, e mais sobre “como” (2011, p. 50)”. Juliana Ogassawara e Viviane Borges nos ressaltam a fala de Bruno Leal quando fala que “a vocação acadêmica não é pesquisar por pesquisar, mas pesquisar para transmitir” (2019, p. 38).

Vale distinguir, primeiramente, que estamos falando de historiadores que estudam e fazem História, seja ela virtual ou escrita. Ou seja, não adianta criar conteúdo sem o aparato teórico-metodológico da História ou compartilhar isso com o mundo sem o cuidado devido, pois a História não se trata apenas de opiniões públicas, mas de repassar investigações sobre o passado e construir colaborativamente (se possível) novas percepções, sejam elas de um passado próximo ou distante. Miriam Hermeto e Rodrigo de Almeida Ferreira acentuam essas questões quando ressaltam que “É certo que ampliar as possibilidades da divulgação da História é uma preocupação essencial da área, porém não se pode reduzir a esse ponto de pauta, haja vista outros igualmente relevantes” (2018, p. 8).

Publicizar sem simplificar como nos chama atenção Marta Rovai é algo que parece fácil de executar, mas não o é, tal qual enfatiza Bruno Leal:

A história é uma escrita controlada no sentido de que temos uma maneira de produzir o conhecimento histórico. É o que confere legitimidade ao discurso que produzimos e o que diferencia a história de outras abordagens e formas de produção de sentido sobre o passado. Não necessariamente melhor ou pior. Se esse controle vai ser uma camisa de força ou não, acho que depende de quem escreve essa história. Não precisa ser uma camisa de força. Agora, quando escrevemos para o grande público, essa escrita controlada precisa ser flexibilizada. Escrever para os pares é diferente de escrever para público mais amplo. Se você escreve para o grande público e não flexibiliza essa escrita, temos um grave problema. (2015, p. 1074)

Desta maneira, o que construímos até aqui? Diversas indagações e reflexões que nos motivam a pensar em como podemos entender a importância da produção. No âmbito da HP, existe uma multiplicidade de atuações, percepções, linguagens e serviços disponíveis à população, que ressignificam suas abordagens reflexivas mesmo quando há diferentes tipos de formatos e públicos distintos. Assim, como continuam a salientar os autores quando dizem que:

Neste sentido, na plataforma da história pública — interdisciplinar por natureza — busca-se considerar a multiplicidade de , com seus saberes e características específicas, em trabalhos que favoreçam reflexões a partir de narrativas apresentadas, nos diversos formatos e linguagens (Hermeto; Ferreira, 2018, p.8).

Algo que é compartilhado pelas percepções de Ogassawara e Borges, ao ressaltar o papel de mediador como interlocutor da relação entre o público e a memória a ser apresentadas (2019, p.41) . Dito isso, atualmente não podemos nos abster, como historiadores e os que atuam como docentes, deste universo chamado *web*, e muitas vezes somos forçados pelas Secretarias Estaduais de Educação a nos inserirmos nesses debates, uma questão destacada nas falas dos professores da rede estadual do Paraná e de São Paulo, que foram coletadas para o *vodcast* Conexão História, intitulado “Sala dos Professores³”, publicado em 2024, em especial nos episódios de números 4, 6 e 8, com os professores Alexandre Ramos⁴, Jean Bianchi⁵ e Nair Sutil⁶, nos reforçam essas questões que outrora eram aspirações e curiosidade, o governo se aproveita para agora forçar ao uso da plataformização excessiva.

A questão social aqui pressuposta nos faz refletir sobre o estopim da pandemia, onde muitos docentes tiveram que migrar forçadamente para o ambiente digital e realizar diversos tipos de atividades e projetos neste meio. Não podemos esquecer de textos emblemáticos sobre

³ Programa disponível na plataforma do *YouTube*, criado para os produtos da dissertação de mestrado de Daniel Ferreira da Silva em 2024. <https://abrir.link/eDwyM>

⁴ Vodcast disponível para acesso em: https://youtu.be/T6d3xuc_kGw

⁵ Vodcast disponível para acesso em: <https://youtu.be/3XvN5KoeWYs>

⁶ Vodcast disponível para acesso em: <https://youtu.be/r6QmY2W6DYM>

o futuro da docência atrelado à tecnologia, que sempre foi um anseio de progresso. Se recuarmos um pouco mais no tempo, vemos que o Manifesto da Escola Nova da década de 30 já salientava essas novas demandas acerca da inclusão de tecnologias. Embora não estejamos nos referindo aqui à tecnologia em si, mas a essa criação atmosférica digital de uma produção sem precedentes no último decênio. Para tal, os textos Fontoura (2022) e Silva (2023) possibilitaram a realizar uma nova análise desses dados através das palavras-chave utilizadas para identificar as similaridades entre quem produz, o que produz e a adesão dessas audiências em canais de história.

***YouTube* e um espaço de disseminação de conteúdos**

Primeiramente, destacamos a plataforma do *YouTube*, que surgiu em 2005 como um grande agregador de conteúdos e disseminação de materiais digitais, ganhando proporções extraordinárias ao longo do tempo. Qualquer pessoa pode admitir que, em questão de acesso a vídeos, a plataforma oferece uma vasta gama de conteúdos, sejam eles educacionais, palestras, lives, teorias da conspiração, *coaching*, música, cinema, política, notícias, ou nichos dos mais diversos tipos para todos os perfis de pessoas. Jean Burgess e Joshua Green (2009), por exemplo, elucidam a revolução digital a partir do *YouTube*. Ao compreendermos isso, podemos observar que essa plataforma se destaca não apenas como um agregador de conteúdos, mas como uma rede social viva e pulsante, tecendo influências diretas sobre as opiniões das pessoas.

O *YouTube* era um entre os vários serviços concorrentes que tentavam eliminar as barreiras técnicas para maior compartilhamento de vídeos na internet. Esse site disponibilizava uma interface bastante simples e integrada, dentro da qual o usuário podia fazer o upload, publicar e assistir vídeos em streaming sem necessidade de altos níveis de conhecimento técnico e dentro das restrições tecnológicas dos programas de navegação padrão e da relativamente modesta largura de banda. (Burgess; Green, 2009, p. 17).

Quanto ao *YouTube* como formador de opinião das pessoas, uma pesquisa realizada pelo próprio *Google*, empresa que gerencia a plataforma, mostra como diversos profissionais influenciam as pessoas no que concerne a formação das suas opiniões. Essa pesquisa apresenta uma percepção que devemos examinar minuciosamente, pois, como salientam Cláudia Bovo e Marcos Pinheiro (2019), o professor não é uma das figuras mencionadas em relação à formação de opinião no âmbito digital.

Imagem 1 — Dados de formadores de opinião no *YouTube*;



Fonte: www.thinkwithgoogle.com, acessada em 22 de janeiro de 2024

Dessa forma, é possível notar que este estudo foi realizado em 2018 e, cada vez mais, estamos vivenciando uma realidade relevante à análise dessas mutações, sobretudo no que diz respeito ao pós-pandemia da COVID-19. Quanto a isso, as historiadora Juliana Ogassawara e Viviane Borges nos lembram que o debate acerca principalmente em relação à história e jornalismo são protagonistas na discussão a respeito de uma história pública que é muito mais complexa e pode ser utilizada de maneiras para legitimar discursos e narrativas de outros profissionais.

Já Ricardo Santhiago nós lembramos de forma precisa:

Aventureiros, marqueteiros, oportunistas: os ‘outros’ (os jornalistas, principalmente) costumam ser retratados assim, de saída, em textos e falas – geralmente, em falas – que não são fruto de análise, mas de juízos de valor marcados por uma redefinição valorativa do significado de história pública. Juízos, em geral, metodologicamente malconduzidos: Eduardo Bueno e Leandro Narloch não são os melhores exemplos, nem os exemplos mais representativos, de jornalistas que têm produzido obras de cunho histórico; são somente os jornalistas que melhor servem a esse fim deslegitimador. (Santhiago, 2016, p. 29-30)

Também se destaca os relatos destacados por Odir Fontoura (2022) em seu texto sobre as “Narrativas históricas em disputa: um estudo de caso do YouTube”⁷. Neste capítulo, Fontoura atualiza sua percepção aprofundada sobre as discussões da originalidade de quem é

⁷ Esse capítulo de livro foi resultado de um artigo publicado pela revista Estudos Históricos de 2019- FONTOURA, Odir. Narrativas históricas em disputa: um estudo de caso no YouTube. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 33, p. 45-63, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/VwPxw6MP97rfsb6Yf9RHDxr/?format=pdf&lang=pt>

o detentor do debate da história nos âmbitos desta plataforma. Ele divide o estudo em categorias que resultaram em 80 vídeos, sendo 51 vinculados a uma narrativa de apreço histórico e metodológico, e 28 se propõem a fazer um contraponto à historiografia, tecendo críticas e questionamentos da veracidade histórica.

Todas as referências que o autor cita, ressaltam o nível de comprometimento partindo das referências bibliográficas e a preocupação com o currículo formal dos envolvidos, sendo notórios em sua seleção para a categorização dos canais. Ou seja, foi elaborada a triagem separando os canais que possuíam informações da sua autoria a primeira categoria está envolvida com as demandas das histórias escolares. Essa atitude de relacionar os canais categorizam essa vertente possibilitam surgir um eixo de grupo da cultura pop, outro grupo, se destaca por conta da questão de vestibulares e Enem, e também existe tendência acadêmica universitária e por fim os trabalhos descontinuados que se encaixam num quarto grupo.

Também existem canais que enfatizam as teorias das conspirações envolvidos nesse processo, ou a história que os professores não contam, cujo foco principal não é problematizar os fatos históricos, mas reduzi-los a efemérides e a curiosidades. Canais e movimentos em redes sociais envolvendo diferentes tipos de conspirações ou contraposições ao dito espetáculo do outro lado da história que os professores não falam em sala de aula e a história factual.

Podemos compartilhar das mesmas as percepções de Jurandir Malerba (2014), que ressalta a respeito do envolvimento da história pública, que tem perdido espaço não somente para jornalistas, mas para uma nova categoria que José d'Assunção Barros destaca como influenciadores, quando pontua da seguinte forma:

Entre os influenciadores, surge até mesmo uma nova profissão: a dos *YouTubers*. Há alguns extremamente competentes e habilidosos nas suas esferas de saber ou práticas mais específicas, mas há outros que parecem ter emergido de uma pequena multidão de aventureiros virtuais sem nenhum tipo de conhecimento específico ou talento que não a capacidade de encontrar o tom certo para cativar aqueles que se inscrevem nos seus canais. Eles discutem de tudo. Sem nenhuma exigência de especialização em nutrição, anunciam regimes; sem formação científica, falam sobre física quântica e, para preocupação dos historiadores, de História. A pseudociência também encontra entre eles os seus defensores, e os tempos recentes assistiram ao surpreendente retorno daquela crença que não se via já há alguns milênios: a Terra tornou-se novamente plana para uma parcela significativa. As vacinas tornaram-se nocivas e grassam as teorias da conspiração. Bobagens impressionantes são declamadas em tons solenes. Tudo isto oferece um vasto campo de estudos para os historiadores das mentalidades, do comportamento, da vida cotidiana, e da cultura de maneira geral (Barros, 2022, p.79).

Ogassawara e Borges (2019) ainda continuam a acrescentar percepções relevantes a esse debate sobre o princípio ético norteador entre os historiadores de profissão e os jornalistas, os quais, por sua vez salientam as discordâncias quando afirmam:

Se norteado por princípios éticos e honestidade intelectual, o encontro entre historiadores e jornalistas é frutífero para ambos – e principalmente para o público. Entretanto, os desencontros (disputas, discordâncias de matriz metodológica e desentendimentos éticos) são fenômenos sintomáticos do teor tenso e assimétrico desse relacionamento, revelando diferentes estratégias para publicar, publicizar ou simplesmente polemizar a história. (Ogassawara; Borges, 2019, p. 45)

É interessante mencionar acerca dessas diversas percepções que José d'Assunção Barros neste debate, especialmente a volta da negatividade de fatos. Quanto a isso, o Luiz Alexandre Kosteczka (2020) diz que:

Leva-se em conta a formação de uma opinião pública controversa à atividade intelectual, ocupando vários lugares de enunciação para transformar os negacionismos em espetáculos das novas mídias, nos quais se estrutura um campo discursivo de ataques diretos contra todas as virtudes da academia (Kosteczka, 2020, pág. 233).

Ogassawara e Borges também nos lembram a fala de Marc Bloch sobre o olhar imperdoável dos historiadores sobre a questão dos deslocamentos temporais (anacronismos) serem um pecado em nossa profissão, coisa tal que influenciadores e jornalistas estão pouco preocupados com a verossimilhança e a precisão dos conceitos. Existem relatos, histórias e documentos dos mais diversos tipos e formas de acesso para contemplação e estudo nisto atrelado ao digital podemos entender esse meio como uma História Digital, onde foca na disponibilização deste material ao público.

No que entendemos como História Digital, pode-se ser resumido em suas visões, a primeira delas é a questão da disponibilização e o fácil acesso dessas informações sem uma problematização mais específica. Já a segunda interpretação tem mais a ver com uma noção sobre a história pública digital, de Serge Noiret (2015), endossada também por historiador como Giliard Prado. Tornou-se comum tentar negar a existência de algo que desagrada nossas percepções de experiências e normatividade. Quanto a História Digital, os historiadores estadunidenses Douglas Seefeldt, William G. Thomas (2009) e Orville Burton (2022), corroboram nos ajudando a chegar a uma definição mais clara do campo historiográfico, visto que o conceito nasce nos EUA.

Digital history might be understood broadly as an approach to examining and representing the past that works with the new communication technologies of the computer, the internet network, and software systems. On one level, digital history is an open arena of scholarly production and communication, encompassing the development of new course materials and scholarly data collection efforts. On another level, digital history is a methodological approach framed by the hypertextual power of these technologies to make, define, query, and annotate associations in the human record of the past. To do digital history, then, is to digitize the past certainly, but it is much more than that. It is to create a framework through the technology for people to

experience, read, and follow an argument about a major historical problem (Seefeldt; Thomas, 2009, p.2)⁸

Today, because desktop and laptop computers have opened exciting opportunities for historians to work with texts in new and comprehensive ways, the history profession clearly sees itself as part of the humanities. Ironically it is the computer, which some traditional narrative historians despised in the 1960s and 1970s because a group of so-called new historians used it for quantitative analysis, that has moved history as a discipline firmly into the humanities and away from the modeling and quantitative techniques generally associated with the social sciences (Burton, 2022, p.206).⁹

A História Pública, no contexto brasileiro, apresenta diferentes interpretações regionais e nacionais. Seu surgimento, no entanto, remonta aos Estados Unidos na década de 1970, como uma resposta ao problema da escassez de empregos no campo acadêmico. Nesse sentido, é possível identificar casos semelhantes em que, embora não haja necessariamente uma falta de oportunidades, os historiadores passam a atuar em espaços que extrapolam o ambiente tradicional das universidades e escolas.

Uma outra problemática brasileira, que iremos apenas citar superficialmente, dada a necessidade robusta de ampliação acerca desse debate é a polarização político-ideológica que tomou conta do ambiente digital e foi parar nas escolas, nas universidades e no saber fazer voltado ao Ensino de História. Embora entendamos que em toda sociedade minimamente democrática há a necessidade do confronto de ideias, concordamos com Andrés Bruzzone:

Em democracia, o debate ocorre entre adversários, nunca entre inimigos. A diferença é sutil e importante. O inimigo não tem legitimidade, é aquele que deve ser aniquilado para que não me aniquile: sua existência me ameaça, mas sobretudo ameaça o espaço comum e a possibilidade mesma de debater. Já entre adversários há um acordo de preservação daquilo que é compartilhado, do lugar em que o debate ocorre, e há um reconhecimento recíproco que é anterior às diferenças e que precisa ser mantido. O debate morre quando é substituído por uma lógica de inimigos que se opõem. A única forma de preservá-lo é não se rendendo a essa lógica binária dos polos opostos, desmontando a armadilha, expondo seu mecanismo e praticando a escuta honesta e a explicação paciente. (2021, p. 11)

⁸ Tradução nossa: A história digital pode ser amplamente entendida como uma abordagem para examinar e representar o passado através do uso de novas tecnologias de comunicação, como computadores, a rede da internet e sistemas de software. Em um nível, a história digital é um campo aberto de produção e comunicação acadêmica, englobando o desenvolvimento de novos materiais de curso e esforços de coleta de dados acadêmicos. Em outro nível, a história digital é uma abordagem metodológica moldada pelo poder hipertextual dessas tecnologias para criar, definir, consultar e anotar associações no registro humano do passado. Fazer história digital, então, não é apenas digitalizar o passado, mas muito mais do que isso. É criar uma estrutura através da tecnologia para que as pessoas possam experimentar, ler e seguir um argumento sobre um grande problema histórico. (Seefeldt; Thomas, 2009, p.2)

⁹ Tradução nossa: Hoje, porque os computadores de mesa e laptops abriram oportunidades empolgantes para os historiadores trabalharem com textos de maneiras novas e abrangentes, a profissão de história claramente se vê como parte das humanidades. Ironicamente, é o computador, que alguns historiadores narrativos tradicionais desprezaram nas décadas de 1960 e 1970 porque um grupo dos chamados novos historiadores o usou para análise quantitativa, que moveu a história como uma disciplina firmemente para as humanidades e para longe da modelagem e das técnicas quantitativas geralmente associadas às ciências sociais (Burton, 2022, p.206).

Esse confronto de ideias necessário não necessariamente tem espaço nas bolhas digitais, podemos notar essa evidência acompanhado os comentários em canais do YouTube, um dos casos mais evidentes que envolve uma página de divulgação histórica e um historiador, é a da página *Leitura Obrigatória*, do historiador Icles Rodrigues, que decidiu abandonar a produção de conteúdos na plataforma e concentrar-se na produção de podcasts, para não ter que lidar com os comentários extremados e ameaças que recebia diuturnamente na página de comentários do canal e em suas redes sociais.

No que concerne à utilização do YouTube como ferramenta pedagógica, salientamos a pesquisa de Silva (2022) que, de forma breve, apresenta o processo de sugestão da plataforma sobre diversos temas e palavras-chave. Vale ressaltar que o padrão de busca do streaming foi brevemente enganado usando um meio anônimo e sem contas vinculadas à pesquisa, pois, como salienta Loila (2020), a plataforma utiliza os padrões de pesquisa das contas e redes vinculadas para sugerir aquilo que você “precisa”. No crivo em questão, pode-se observar uma variedade significativa de canais e profissionais nas sugestões. As temáticas partem de assuntos do dia a dia da escola e, assim como na pesquisa mencionada anteriormente, os docentes de História não são os principais e nem os primeiros sugeridos nas buscas.

Isso nos leva a questionar a falta de preparo e até mesmo habilidade com esses meios, pois nos afastamos há muito tempo do debate em torno do uso e dos abusos da História no universo digital.

Imagem 2 — Dados de tabela de pesquisa por palavras-chave no *YouTube*;

TABELA - 1- CONJUNTO DE BUSCA POR "PALAVRAS CHAVES"				
PALAVRA CHAVE "HISTÓRIA"				
NOME DO CANAL	NOME DO VÍDEO	VISUALIZAÇÕES	INSCRITOS	APROVAÇÕES
Nostalgia história	Mistérios do antigo Egito	12.139.113	14.100.000	855.000
Foca na história	A história do Egito	2.631.548	992.000	69.000
Vocalizando história	a Guerra do Vietnã	131.262	127.000	14.000
PALAVRA CHAVE "HISTÓRIA DO BRASIL"				
NOME DO CANAL	NOME DO VÍDEO	VISUALIZAÇÕES	INSCRITOS	APROVAÇÕES
Nostalgia história	500 anos em 1 hora	12.403.428	14.100.000	1.100.00
DGP mundo	A história do Brasil	3.628.017	924.000	173.000
Impérios AD	A história do Brasil: a terra e o povo brasileiro	821.327	494.000	62.000
Plano piloto	10 fatos surpreendentes da história do Brasil	688.470	293.000	41.000
Focus concursos	Episódio 1 - período colonial - história do Brasil	175.274	175.000	9.700
PALAVRA CHAVE "DESCOBRIMENTO DO BRASIL"				
NOME DO CANAL	NOME DO VÍDEO	VISUALIZAÇÕES	INSCRITOS	APROVAÇÕES
Débora Aladim	O "Descobrimento" do Brasil	1.042.738	3.070.000	96.000
Brasil Escola	Descobrimento do Brasil	41.910.00	1.270.000	3.000
Buenas Ideias	O Descobrimento do Brasil	853.064	1.220.000	52.000
Suerlene Santos	O Descobrimento do Brasil	172.440	88.700	5.900
PALAVRA CHAVE "GRANDES NAVEGAÇÕES"				
NOME DO CANAL	NOME DO VÍDEO	VISUALIZAÇÕES	INSCRITOS	APROVAÇÕES
Tchibum	Grandes Navegações	804.210	7.350.000	22.000
Curso ENEM gratuito	Expansão marítima e grandes navegações	109.099	520.000	6.400
Impérios AD	As Grandes Navegações e a Era dos Descobrimientos	367.643	494.000	34.000
TV Haxang	Grandes Navegações	504.927	487.000	18.000
Multirio	Grandes Navegações	99.189	188.000	5.700

Fonte: Silva, 2022, p.20 - Acesso em 20 de maio de 2024

A tabela destacada acima no trabalho de Silva permite observar os nomes dos canais, os títulos dos vídeos que apareceram em sua pesquisa, assim como o número de visualizações, comentários e aprovações antes de o *YouTube* remover a exibição da quantidade de *likes* e *dislikes*. De tal maneira, ainda neste trabalho, existe outra tabela que apresenta a profissão desses membros citados nos canais acima:

Imagem 2 — Dados de tabela profissionais dos canais no YouTube na pesquisa de 2022;

TABELA – 5 - PROFISSIONAIS / YOUTUBERS			
NOME DO CANAL	PROFISSIONAL	PROFISSÃO	ROTEIRISTA/ CONSULTOR DE HISTÓRIA
Nostalgia História	Felipe Castanhari	Influencer	Caio Mattos e Dirceu Lima
Tchibum	NÃO CONSTA	NÃO CONSTA	NÃO CONSTA
Débora Aladim	Débora Aladim	Historiadora	Débora Aladim
DGP MUNDO	NÃO CONSTA	NÃO CONSTA	NÃO CONSTA
Parabólica	Pedro Rennó	Historiador e Filósofo	Pedro Rennó
Buenas Ideias	Eduardo Bueno	Jornalista	NÃO CONSTA
Historizando	Tatiana	Historiadora	Tatiana
Suerlene Santos	Suerlene Santos	Pedagoga	Suerlene Santos
Impérios AD	Thiago	NÃO CONSTA	Thiago
TV Haxang	Prof. Dimas	Historiador	Prof. Dimas
Multirio	Prefeitura Rio	NÃO CONSTA	NÃO CONSTA
Foca na história	NÃO CONSTA	NÃO CONSTA	NÃO CONSTA
Vocalizando a história	Vitor Vogal	NÃO CONSTA	Vitor Vogal

Fonte: Silva, 2022, p.20 - Acesso em 20 de maio de 2024

De certa forma, podemos evidenciar todas as demandas referentes tanto ao artigo publicado por Fontoura (2022) quanto ao texto de Silva (2022), ao apresentarem ideias particulares sobre esses canais e quem produz essas histórias. Na própria história pública, existe um dizer que o historiador não tem o monopólio da história, e isso é evidente de diversas formas e por diversos tipos de autores, como Juniele Rabelo de Almeida (2011), Bruno Leal Pastor de Carvalho (2014), Bruno Carvalho e Anita Lucchesi (2016), Jurandir Malerba (2014) e Marta Rovai (2018).

Uma coisa é certa: queremos que nossas pesquisas e atividades ganhem proporções em audiências mais amplas. No entanto, como Marta Rovai nos salienta, não é simplificando que publicaremos essas histórias. Fagundes (2020) também acrescenta sua compreensão sobre essa fala de Marta quando ressalta:

Já Marta Rovai alerta para os perigos de uma história sem o crivo da área: “é preciso considerar que sem o conhecimento histórico, acumulado e sistematizado sobre os processos humanos, corre-se o risco de simplificações históricas, preconceitos e indiferenças” (Fagundes, 2020, Pág.43).

Portanto, não se trata de perder o crivo histórico ou de adaptar apenas a linguagem para outros públicos. Ainda ressalto o que o professor Bruno Lontra Fagundes nos explica sobre a questão do conhecimento histórico e outros tipos de conhecimento na sua interlocução com a História Pública:

A História Pública, a meu ver, coloca esta questão de maneira contundente: não só o historiador sabe história, o historiador precisa saber ouvir os públicos com o

reconhecimento da autoridade dos que vivem história, e que, bem ou mal, acreditam sabê-la. (Fagundes,2020, Pág.42)

Portanto, esse novo campo de práticas, como salienta Thomas Cauvin, nada mais faz do que colocar em vigor o papel social do historiador. Assim como aponta Fagundes quando diz que “e acima de tudo, os desdobramentos sobre o papel e o lugar social do historiador, tendo que ‘justificar a necessidade e a urgência de seu trabalho.’” (Fagundes, 2020, p. 40).

De modo a entender essas justificativas da emergência do trabalho do historiador no meio digital, é importante questionar se estamos produzindo conteúdo visando obter audiências somente ou estamos negligenciando a história para possuirmos a interação com o público? Afinal o que se faz a partir da HP? É a ampliação das discussões sobre história? É uma ligação com o público? Ou estamos realizando algum tipo de neodivulgação a fim de obter Ibope?

Nosso saber e a multiplicidade das audiências.

Podemos acreditar que todos são nossos públicos? Sim e não. No que tange à História Pública, o público é o centro do debate. É o que se produz por ele, para ele, sobre ele. Dessa maneira, podemos pensar que esse público com o qual dialogamos é parte de processos de transformação (Mantecón, 2009). Jurandir Malerba (2017) já nos alerta que o público difere de audiência. Assim, no contexto da divulgação em meios digitais, não lidamos com “o público” propriamente dito, mas sim com uma parcela da audiência.

Ressaltamos também que essa audiência não necessariamente vem da nossa área de História. Ela pode ser entendida de duas formas: por meio da comunicação social (TV, rádio, cinema e música) ou pelas artes, que possuem audiências de nichos específicos (Debord, 2021). Enganamo-nos ao pensar que, ao publicizar História, estamos automaticamente compartilhando saberes fora da academia. Principalmente quando criamos projetos de divulgação sem a *expertise* necessária para nos comunicar como fazem artistas e jornalistas, acabamos fazendo mais comunicação científica do que divulgação.

Quanto a esses conceitos, nos baseamos em Wilson Bueno (2010), professor da USP e jornalista, que em seu texto esclarece bem a diferença entre comunicação e divulgação científica. No que concerne à primeira, podemos entendê-la como o ato de nos relacionarmos e comunicarmos nossas pesquisas sem precisar explicar minuciosamente cada conceito histórico, pois nosso público de diálogo são nossos pares. Já a segunda, ele salienta que só é realmente efetivada quando nos propomos a sair do nosso espaço de conforto e explicar de maneira simples, mas sem abandonar a cientificidade da profissão, de modo que até uma pessoa idosa ou analfabeta possa entender.

Outro erro clássico é a confusão entre a nova profissão de influenciadores digitais ou *YouTubers* com a de historiador. Alguns acreditam que, para serem relevantes, precisam se comportar e agir como esses influenciadores, como se eles fossem os moldes da perfeição. Essa confusão é evidente quando observamos os canais de história mais populares, que se preocupam mais com a forma de transmitir a informação do que com a própria informação. É por esse motivo que os maiores canais de conteúdos de vestibulares fazem tanto sucesso por apresentarem moldagens prontas e respostas formadas para uma sociedade que não visa mais a problematização, mas sim a resolução rápida. Podemos dizer, então, que até no que remete à informação, a sociedade do *delivery* ou do *fast food* quer e anseia por tudo pronto e fácil de usar. Isso resulta em uma nova insurgência de “corsários históricos”, que muitas vezes não têm formação para falar sobre História e compartilham conhecimentos que presumem ser politicamente corretos. Existem relatos, histórias e documentos dos mais diversos tipos e formas de acesso para contemplação e estudo. Tornou-se comum tentar negar a existência de algo que desagrade nossas percepções de experiências e normatividade.

Vale distinguir, primeiramente, que estamos falando de historiadores que estudam e fazem História, seja ela virtual ou escrita. Ou seja, não adianta criar conteúdos sem o aparato teórico-metodológico da História ou compartilhar isso com o mundo, pois a História não se trata apenas de opiniões, mas de repassar investigações sobre o passado e construir colaborativamente novas percepções, sejam elas de um passado próximo ou distante. Miriam Hermeto e Rodrigo de Almeida Ferreira acentuam essas questões quando ressaltam que “É certo que ampliar as possibilidades da divulgação da História é uma preocupação essencial da área, porém não se pode reduzir a esse ponto de pauta, haja vista outros igualmente relevantes” (2018, p. 8).

No que concerne à utilização do *YouTube* como ferramenta pedagógica, salientamos a pesquisa de Silva (2022) que, brevemente, apresenta o processo de sugestão da plataforma sobre diversos temas e palavras-chave. Vale ressaltar que o padrão de busca do streaming foi brevemente enganado usando um meio anônimo e sem contas vinculadas à pesquisa, pois, como salienta Loila (2020), a plataforma utiliza os padrões de pesquisa das contas e redes vinculadas para sugerir aquilo que você “precisa”. No crivo em questão, pode-se observar uma variedade significativa de canais e profissionais nas sugestões. As temáticas partem de assuntos do dia a dia da escola e, assim como na pesquisa mencionada anteriormente, os docentes de História não são os principais e nem os primeiros sugeridos nas buscas.

Isso nos leva a questionar a falta de preparo e até mesmo habilidade com esses meios, pois nos afastamos há muito tempo do debate em torno do uso e dos abusos da História no

universo digital. Não precisamos nem mencionar a quem nos referimos, afinal, é óbvio que essa insurgência desse coletivo de pessoas sem formação específica se considera mais conhecedora de História do que seus “professores comunistas”, aqueles que supostamente não contam a “verdadeira história”. O que podemos afirmar é que sempre existe um apontamento e apoderamento político dentro desses movimentos nas plataformas.

Voltando ao texto de Odir Fontoura, percebemos suas reflexões acerca da produção de canais de ultradireita no Brasil. Ele nos deixa evidente a forma e o caráter de usar os meios históricos (documentos, materiais, artigos e pesquisas) para distorcer narrativas consolidadas, de modo a instigar a insatisfação. É notório reforçar que essas plataformas observam o uso e o padrão de buscas, e também a questão de pagamentos de certos canais para aparecerem em pesquisas. O que nos sugere, por sua vez, o qual é esse meio econômico e político que opera o sentido das indicações e dos acessos.

Enganamo-nos a nós mesmos, historiadores por profissão, ao acreditar que, ao adentrar neste “mar”, seremos como uma “marinha legítima” que pode falar abertamente e as pessoas irão acreditar. Tão pouco, observamos essa crescente falta de entendimento de que não falamos com o grande público. Produzimos História para um nicho específico e dialogamos com audiências alargadas, mas sem pôr a mão no bolso e usar as artimanhas desses corsários para chegar a um grande público, não entraremos em evidência.

Neste sentido, frisamos a fala do *YouTuber* e jornalista Eduardo Bueno em seu vídeo “A Bahia é da Holanda”, onde ele menciona “manipular a história”. E sim, é realmente o que percebemos no contexto de uma pessoa que produz por *likes*, para entreter seus 1,42 milhões de seguidores, sem usar nenhum texto histórico para embasar o roteiro, a não ser textos de sua própria produção.

Partindo da recente concepção de História Pública no Brasil, nos reforça a ideia dos compartilhamentos de histórias pelos públicos não acadêmicos, mas, em nenhum momento nos elucida que esse tipo de fazer histórico dá o título de historiadores. Ao iniciar este trabalho, foi pensado de diversas formas o entrelaçamento com o ambiente digital que, como afirma Byung-Chul Han (2018), é um lugar que você é tudo e, ao mesmo tempo, nada.

É sobre essa crescente de entusiastas ou amadores que buscam compartilhar seus entendimentos sobre determinada história que nos encontramos nesta deslegitimação da profissão e do campo. Daí a expressão “corsário” o qual vale ressaltar que durante o que chamamos de era moderna existia uma categoria de marinheiros que navegavam e faziam serviços para as coroas europeias com cartas de corso, ou seja, eles não eram da marinha, mas, não eram também proibidos de navegar. Os corsários que resalto aqui fazem parte do

entrelaçamento das ideias de Byung-Chul Han (2018), quando ele apresenta a ideia de desmidialização e os fazedores de opinião. A ascensão de uma categoria de partidos piratas que possuem sucesso em suas intervenções também é abordada neste mesmo texto. Além disso, são apresentadas as ideias de fantasmas digitais que remetem a esses criadores de conteúdo, os quais muitas vezes são anônimos. Desta forma, saliento que a expressão usada aqui, “historiadores corsários”, é de cunho próprio, mas embasada nas leituras do filósofo em questão. Enfatizamos ainda que não só historiadores sofrem com “ataques corsários” a legitimidade da sua ciência, sociólogos, cientistas políticos, economistas, e recentemente, até os médicos infectologistas, tiveram sua cientificidade deslegitimada não por um saber mais robusto ou por novas descobertas científicas, mas pela polarização ideológica-política.

Uma coisa é correta afirmar, os historiadores não possuem o monopólio da história, mas, possuem a responsabilidade social de escrevê-la e apresentá-la para a sociedade. Ao contrário do que esses novos entusiastas que manipulam a narrativa e muitas vezes sem o embasamento. A legislação vigente apresenta ao início deste texto em seu artigo 3º, aborda as disposições para exercício e reconhecimento de quem pode ser historiador, enunciando em seus quatro primeiros pontos a necessidade de diplomas de Graduação em História e/ou Mestrado/Doutorado em História. A última disposição “V” categoriza profissionais diplomados de outras áreas do saber que exercem comprovadamente há mais de 5 anos a profissão, ou seja, atuam em espaços que normalmente o historiador deveria atuar. Não se trata somente de entender ou divulgar História, mas de apresentar conhecimento teórico e metodológico para desenvolver as narrativas baseando-se em fatos corroborados pela ciência histórica. Isso permite o cumprimento das atribuições com organização, implementação de pesquisas e acervos, registro e controle de serviços históricos, assessoramento, avaliação e seleção de documentos, elaboração de pareceres, projetos, planos e laudos de trabalhos sobre temas históricos.

Recentemente, em uma conversa com alguns colegas, nos deparamos com uma expressão que é muito comum em nossos meios: os ditos “Historiadores não acadêmicos”. É uma expressão um tanto problemática ao entender a lei referente à profissão, que dá certa legitimidade a algumas pessoas para se intitularem de historiadores. E, por consequência e esse uso não muito preciso para se referenciar a esses entusiastas a historiadores, nossos próprios colegas acabam legitimando e dando a eles um título que não possuem.

Salientamos os diversos usos da História, assim como seus abusos. Neste processo de crítica acerca do que entendemos como uma história no/para o digital, entra em vigor o saber e o conhecimento científico. Novamente somos forçados a repensar nosso papel social e se

possível navegar neste mar de excessivo de informação, e o grandioso questionamento que fica é: nós historiadores precisamos nos tornar *Tiktoker* ou *influencers* para fazer história no digital?

O que podemos notar é uma crescente falta de entendimento sobre essa questão do saber histórico e científico ser adaptado de forma que não é publicizado e nem simplificado, mas transposto aos padrões de uma profissão que não nos pertence. Os *likes* são tudo que precisamos para sermos reconhecidos como bons historiadores ou podemos mediar essa situação entendendo que nosso papel é mediar o diálogo e não transpor e mudar o sentido do saber?

O que dizemos com público e para que público desejamos produzir História?

Ao construirmos a consolidação deste artigo, entendemos que o dito público da história é um construto de seu tempo, nos quais extrapolam concepções políticas, e das audiências. Hanna Arendt e Jürgen Habermas já escreveram sobre as noções de esfera pública. Han (2018) colabora com relação ao debate desta esfera quando afirma que no digital não existe a esfera pública. A partir destes ideais, o público é formado com um processo de entrelaçamento social (político e privado) com o cultural, assim como acrescenta Ana Rosas Mantecón (2009). É fruto do tempo contemporâneo a que vive e reproduz demandas do seu tempo, isso pode significar, portanto, que sua presença no mar de informações como a internet desempenha o papel de navegadores digitais que como já afirmado por Han e Barros, podem ser toda sorte de profissionais, declamarem concepções em tons solenes e engajar uma audiência que é anônima, silenciosa até certo ponto.

Com isso, salientamos que, esse público com os quais nos preocupamos desde o início deste texto é diverso e que ele busca o que lhe é conveniente, ou seja, ele se adequa conforme sua necessidade política, social e cultural. Isso fica evidente se observarmos as manifestações públicas dos últimos dez anos, de cunho político ideológico e que se multiplica com o advento das redes sociais. O historiador é o mediador, e não o regulador, estamos diretamente envolvidos numa busca incessante por esclarecer pontualmente resquícios do tempo, que, a sociedade tenta esquecer para repetir os mesmos erros, acreditando que, estão inventando a roda novamente.

A história, enquanto campo de conhecimento, sempre se pautou pela investigação rigorosa, pela crítica das fontes e pela busca por interpretações que respeitem os complexos processos do passado. Os historiadores, tradicionalmente, nunca direcionaram sua escrita para a maximização de audiência, mas sim para o aprofundamento do debate acadêmico e a disseminação do conhecimento de forma criteriosa. Contudo, com o avanço das tecnologias digitais e a expansão das plataformas online, a necessidade de adaptação ao novo ambiente

comunicativo trouxe à tona questões inéditas para a profissão, especialmente sobre como dialogar com um público mais amplo sem perder de vista o compromisso ético e metodológico que caracteriza a prática histórica.

A velocidade e a instantaneidade proporcionadas pela internet reconfiguraram a forma como o conhecimento é consumido e compartilhado, criando um ambiente em que métricas como likes, visualizações e comentários frequentemente se tornam indicadores de relevância. Esse cenário impõe aos historiadores um dilema: como produzir e divulgar conteúdos de história sem sucumbir à superficialidade ou à distorção que a busca por engajamento pode provocar? Mais do que nunca, o desafio está em preservar a seriedade e a profundidade da profissão enquanto se exploram novas maneiras de dialogar com as audiências digitais, que demandam conteúdos acessíveis e, muitas vezes, rápidos.

Portanto, a pergunta que se coloca é: os historiadores devem pensar nos likes? Embora não seja essa a finalidade primordial da escrita histórica, ignorar completamente as dinâmicas das redes sociais seria negligenciar uma oportunidade de ampliação do alcance e da influência do conhecimento histórico. O equilíbrio entre alcance e qualidade deve ser o norte para a atuação no ambiente digital, priorizando a formação de um público crítico e bem-informado, capaz de diferenciar conteúdos sérios de simplificações ou deturpações. Assim, a presença dos historiadores nas plataformas digitais deve ser encarada como uma extensão de seu papel social, mediando o passado para o presente sem renunciar aos pilares fundamentais da disciplina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMOVSKY, Ezequiel. *Historia, divulgación y valoración del pasado: acerca de ciertos prejuicios académicos que condenan a la historiografía al aislamiento*. Nuevo Topo, v. 8, p. 91-106, 2011.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; DE OLIVEIRA ROVAI, Marta Gouveia. Apresentação. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; DE OLIVEIRA ROVAI, Marta Gouveia. *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

BARROS, José D'Assunção. *História Digital: a historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo*. Editora Vozes, 2022.

BOVO, Cláudia Regina; PINHEIRO, Marcos Sorrilha. *História pública e virtualidade: experiências de aprendizagem híbrida no ensino de História*. Revista História Hoje, v. 8, n. 16, p. 113-134, 2019.

BRASIL. Lei nº 14.038, de 17 de agosto de 2020. *Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Historiador e dá outras providências*. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114038.htm . Acesso em: 29. Nov. 2024;

BRUZZONE, Andrés. *Ciberpopulismo. Política e democracia no mundo digital*. São Paulo: Contexto, 2021.

BUENO, Eduardo. *A BAHIA É DA HOLANDA*. Direção e edição: Nando Chagas. Produção: Carol Peixoto. Coordenação de Letícia Pacheco. Roteiro e apresentação: Eduardo Bueno. 27 de set. de 2023. (17:21 min.), son., color. Legendado. Disponível em: https://www.YouTube.com/watch?v=G2p9UN3w_uo&t=108s . Acesso em: 29. nov. 2024.

BUENO, Wilson Costa. *Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais*. Informação & informação, v. 15, n. 1esp, p. 1-12, 2010.

BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. *YouTube e a revolução digital*. São Paulo: Aleph, v. 24, 2009.

BURTON, Orville Vernon. *American Digital History*. Social Science Computer Review, v. 23, n. 2. Social Science Computing Association - North Carolina State University, 2005, p. 207. Disponível em: <http://ssc.sagepub.com/cgi/content/abstract/23/2/206> . Acesso em 13 dez. 2024.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. *Bolsonaro sanciona Lei que regulamenta a profissão de historiador* (Notícia). In: Café História. Publicado em: 18 ago. 2020. ISSN: 2674-5917. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/entra-em-vigor-a-regulamentacao-da-profissao-de-historiador/> .Acesso em: 13. Dez, 2024.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. *Onde fica a autoridade do historiador no universo digital*. In: Que história pública queremos, p. 169-180.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. *Faça aqui o seu login: os historiadores, os computadores e as redes sociais online*. Revista História Hoje, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 165–188, 2014. DOI: 10.20949/rhhj.v3i5.126. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/126> . Acesso em: 29 dez. 2024.

CARVALHO, B. L. P. DE. et al. *Divulgação científica, redes sociais e historiadores engendrando novas histórias: entrevista com Bruno Leal*. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 22, n. 3, p. 1067–1079, jul. 2015.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares. *História pública e divulgação de história*. Letra e Voz, 2019.

CAUVIN, Tomas. *Campo Nuevo, prácticas viejas: promesas y desafíos en la Historia Pública*. Hispania Nova, 1(Extraordinario), 7-51.

COSTA, Alinne Grazielle Neves. *Aventuras e desventuras do ensino remoto de História em tempos de pandemia com alunos e alunas do Ensino Fundamental II em uma escola privada 4.0*. ABEH: Associação Brasileira de Pesquisa em Ensino de História. Anais do XI Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História-Perspectivas Web, 2020.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra. *Conhecimento Histórico do Historiador e Outros Conhecimentos Históricos*. Revista Canoa do Tempo, v. 12, n. 01, p. 39-65, 2020.

FONTOURA, Odir. *Narrativas históricas em disputa: um estudo de caso no YouTube*. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 33, p. 45–63, 2020.

_____. *Narrativas históricas em disputa: um estudo de caso no YouTube*. In: BARROS, José D'Assunção. *História Digital: a historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo*. Editora Vozes, 2022.

HAN, Byung-Chul. *No enxame: perspectivas do digital*. Editora Vozes Limitada, 2018.

HERMETO, Miriam; FERREIRA, Rodrigo de Almeida. *Ensino de História e História Pública: um começo de conversa*. Revista História Hoje, v. 8, n. 15, p. 5-16, 2018.

KOSTECZKA, Luiz Alexandre. *Diante de uma crise? Interrogações da historiografia em tempos hesitantes*. História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography, v. 13, n. 34, p. 231-269, 2020.

LIDDINGTON, Jill. *O que é História Pública? Os públicos e seus passados*. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; DE OLIVEIRA ROVAI, Marta Gouveia. *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

LUCCHESI, Anita; CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. *História digital: Reflexões, experiências e perspectivas*. História pública no Brasil: Sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, p. 149–63, 2016.

MALERBA, Jurandir. *Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital*. Revista Brasileira de História, v. 37, p. 135-154, 2017.

MANTECÓN, Ana Rosas. *O que é o público?*. Revista Poiésis, v. 10, n. 14, p. 173-213, 2009.

OGASSAWARA, Juliana Sayuri; BORGES, Viviane Trindade. *O historiador e a mídia: diálogos e disputas na arena da história pública*. Revista Brasileira de História, v. 39, p. 37-59, 2019.

PRADO, Giliard da Silva. *Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet*. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 13, n. 34, p. e0201, 2021.

ROVAI, Marta. *Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético*. História Pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado. São Paulo: Letra e Voz, p. 185-196, 2018.

SEEFELDT, Douglas; THOMAS III, William G. *O que é história digital? Uma olhada em alguns projetos exemplares*. 2009.

SILVA, D. F. da. *O trabalho artesanal do historiador e o produto histórico: reflexões sobre construção de uma história no digital*. Faces de Clio, [S. l.], v. 9, n. 18, p. 170–188, 2023. DOI: 10.34019/2359-4489.2023.v9.41907. Disponível em:

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/facesdeclio/article/view/41907> . Acesso em: 21 nov. 2024.

SILVA, Daniel Ferreira da. *O papel do historiador em meio ao universo digital do YouTube: quanto valem as interações?* 2022. 57 f. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG. Disponível em: https://biblioteca.sophia.com.br/5362/index.asp?codigo_sophia=27602 . Acesso em: 26 nov. 2024.

YOUTUBE OFFICIAL BLOG. *YouTube's Culture & Trends Report: Moving at the speed of culture.* blog., 22 jun. 2023. Disponível em: <https://blog.YouTube/culture-and-trends/YouTube-culture-trends-report-2023/> . Acesso em: 23 nov. 2024